

317 assinam a emenda dos 5 anos

Liderança do Governo comemora a entrega como primeira vitória

Com 317 assinaturas, recolhidas em 68 páginas, foi encaminhada ontem às 19h40min à mesa da Assembleia Nacional Constituinte a emenda com os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. A iniciativa foi atribuída ao deputado Matheus Iensen, com co-autoria do senador Edison Lobão, mas quem realmente recebeu as assinaturas foi a liderança do Governo, cujo titular, Carlos Sant'Anna, comemorou com seus auxiliares o êxito, ontem, no final da noite.

Assinaram a emenda nada menos do que 160 constituintes do PMDB, 108 do PFL, 3 do PDT, 19 do PDS e 11 do PTB.

Mas, segundo o líder Carlos Sant'Anna, alguns dos que deixaram de assinar já assumiram compromisso de ajudar a aprovar o texto no plenário. Nestes casos estariam, entre outros, Ibsen Pinheiro e Fernando Gasparian.

Nomes importantes porém, deixaram de assinar a emenda dos cinco anos, como Afif Domingos, Albano Franco, Afonso Arinos, Delfim Netto, Alvaro Valle. A justificativa é de que muitos ficaram de fora porque não estavam no País ou se encontravam em locais distantes e inacessíveis.

E por esta razão que o líder Carlos Sant'Anna alimenta a esperança de que conseguirá reverter a posição adotada pela Comissão de Sistematização em favor dos quatro anos. Ele acha que no caso dos cinco anos quem assinou, assumiu teoricamente o compromisso de aprovar o texto em plenário.

O deputado Matheus Iensen vai hoje ao Palácio do Planalto entregar uma cópia da emenda ao presidente José Sarney. Ontem pela manhã, Carlos Sant'Anna também esteve com ele para relatar a quantas andava a coleta de assinaturas. Sarney ficou feliz e como relatou depois o líder, apostando que no plenário não contabilizará uma nova derrota, a exemplo do que aconteceu na Sistematização.

A entrega da emenda não mereceu cerimônia maior. Da liderança do Governo saiu uma comitiva, tendo à frente Lobão e Iensen, seguida de Carlos Sant'Anna, Marcos Lima, Milton Reis, Luiz Eduardo Magalhães, aos quais se juntou o líder José Lourenço. Eles furaram a longa fila para a entrega das propostas, cabendo ao líder governista conceder as entrevistas sobre o conteúdo da emenda. E quando Iensen foi abordado, deixou claro seu desconhecimento sobre o que patrocinava ao gritar para Marcos Lima lhe informar o número exato de assinaturas.

Da bancada do Distrito Federal, apenas quatro dos onze constituintes assinaram a emenda: Meira Filho, Jofran Frejat, Márcia Kubistchek e Francisco Aguiar Carneiro. Nomes fortes do PDS também preferiram ficar de fora, como Konder Reis e Delfim Netto.

Quanto às três assinaturas do PDT são de deputados que normalmente se separaram da orientação da liderança: Feres Nader, João de Deus e José Fernandes.



Iensen mostra os cinco dedos ao entregar sua emenda, entre Marcos Lima, Sant'Anna e Edison Lobão

Otimismo começou mais cedo com o Presidente

O líder do Governo e da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), ex-ministro da Saúde, garantiu ontem para o presidente José Sarney, em audiência no Palácio da Alvorada, que o mandato de cinco anos será aprovado com tranqüilidade pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Sant'Anna argumentou que os parlamentares que assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB/PR) e do senador Edison Lobão (PFL/MA) não serão influenciados pelos governadores que defendem quatro anos. Sarney, segundo o parlamentar, ficou "bastante feliz" com a sua informação.

Para o deputado Carlos Sant'Anna, os parlamentares não serão influenciados porque "as áreas de pressão já estão realmente marcadas. Isso quer dizer que os constituintes que são capazes de ser influencia-

dos pelos respectivos governadores não assinaram a emenda", comentou o deputado, ao deixar a residência oficial do Presidente. Na votação da Comissão de Sistematização, que ficou o mandato de quatro anos, a influência dos governadores Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco, foi decisiva.

Carlos Sant'Anna informou para o presidente Sarney que no início da manhã mais de 300 parlamentares tinham assinado a emenda, garantindo a sua aprovação com tranqüilidade. Mas ele prometeu que até o final do dia, quando a proposta seria apresentada, 310 adesões seriam registradas. Carlos Sant'Anna acha de grande importância a aprovação do mandato de cinco anos. O deputado disse que 150 parlamentares do PMDB aderiram à emenda.

A partir de agora,

Sant'Anna vai concentrar o seu esforço na busca de apoio à emenda do sistema presidencialista. Ele disse que gastaria a tarde para unir as principais emendas, e citou as do deputado Theodoro Mendes (PMDB/SP), que já contava com 200 assinaturas; do senador Edison Lobão (PFL/MA), com 160 adesões, e do deputado Vivaldo Barbosa (PT/RJ), com 33.

O líder do Governo foi recebido extra-agenda pelo presidente Sarney, que despacha todas as manhãs das segundas, quartas e sextas-feiras no Palácio da Alvorada. Sarney decidiu ficar na residência oficial, porque lá só vai falar com as pessoas que achar conveniente. Embora mantenha uma posição discreta com relação às matérias da Constituinte, o Presidente não esconde o seu contentamento com a possibilidade de aprovação dos cinco anos.

Pesquisa erra, mas só 10%

Se todos os deputados que assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen votarem em plenário a favor dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, o **Centrão** terá acertado grande parte das previsões contidas numa pesquisa realizada sob a coordenação do deputado Basílio Vilani e publicada no **CORREIO BRAZILIENSE** no último dia 7.

A pesquisa relaciona os nomes de 327 deputados que votariam a favor dos cinco anos, na data de sua publicação. Comparada com a lista dos subscritores da emenda de Iensen, há 284 nomes coincidentes. Os 43 restantes não assinaram a emenda, que, em compensação, ganhou mais 33 adeptos dos cinco anos, não previstos na listagem do **Centrão**. Um erro que pouco passou dos 10 por cento.

Há casos de constituintes que não assinaram a emenda, mas que são contados como votos certos em favor dos cinco anos.

Adesão não garante o voto

Assinatura não é voto. O deputado Aírton Sandoval (PMDB-SP), presidente do partido em seu Estado, assinou a emenda que propõe cinco anos de mandato para o presidente Sarney, mas garantiu ontem que isto não quer dizer que votará favoravelmente no plenário. A presença de seu nome, justifica, é um ato normal na atividade parlamentar, significando apenas que ele deseja ver a emenda votada.

"Acho que não é este o instante de se discutir o mandato do atual presidente", afirma Sandoval, numa postura que em tudo se parece com a do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que não assumiu publicamente sua posição sobre o período de governo que Sarney deve ter. "Chamar a atenção popular para esta questão agora não é nem justo, já que a Constituinte tem outros assuntos a discutir, mais importantes".



Sandoval

presidentes, não necessariamente para o presidente Sarney". Sandoval coloca a discussão sobre o mandato do atual presidente como secundária "porque é uma decisão para o momento, colocada nas disposições transitórias da nova Constituição. Antes disso temos todos os títulos e capítulos que constarão definitivamente da nova Carta, questões de fundamental importância para o povo e para o país".

O Deputado não economiza farpas ao líder Mário Covas: "A liderança, em vez de unir o partido em torno de suas teses programáticas, colaborou para que o PMDB se mostre hoje com este nível de divisão, de desunião entre seus membros na Constituinte."

Governo deve buscar apoio, diz Mailson

São Paulo — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, utilizando-se de suas prerrogativas de burocrata, como preferir se intitular, afirmou ontem no Palácio dos Bandeirantes que o governo tem de se fazer merecedor do apoio da classe política. "Demagogicamente eu poderia dizer que vou contar com o apoio do PMDB" — comentou, acrescentando em seguida que o governo só será merecedor desse apoio se acierar nas suas decisões. "Isso acontecerá se ele trouxer o desenvolvimento, se melhorar a situação dos trabalhadores e se der um mínimo de definição de horizontes para que os empresários se sintam dispostos a investir. O próprio governo tem de fazer esforço para adquirir credibilidade".

Se o governo conseguir conquistar essa credibilidade, segundo o ministro, mudando o clima de investimentos, revertendo as expectativas desfavoráveis e fazendo negociação adequada da dívida externa, "a melhor solução para o Brasil será a permanência do governo por mais dois anos". Mailson acredita que com todas essas vitórias não poderão ser criadas incertezas, nem dificuldades, segundo ele, decorrentes de um processo eleitoral "premature" para a escolha do novo Presidente da República. "Acho fundamental do ponto de vista da economia, se formas bem-sucedidas em quebrar essas expectativas, a aprovação do mandato de cinco anos" defendeu.

O ministro da Fazenda, em sua primeira visita ao governador Orestes Quêrcia, disse que como todo servidor público foi disciplinado a trabalhar em equipe e por isso pretende obter a unidade dos ministros para fazerem todo o

esforço a favor dos cinco anos de mandato para Sarney. "O esforço não deverá ser só do ministério da Fazenda, não deve trabalhar sozinho, nem ser amarela dos outros setores. Deve haver coesão de egoverno para chegarmos à tranqüilidade social e estabilidade política. A sua determinação em trabalhar pelos cinco anos, entretanto, não o levou a conversar sobre o mandato com o governador paulista: "Não sou especialista no assunto e não ousei leva-lo a Orestes Quêrcia".

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, que esteve com o governador depois de Mailson, concordou que o ministério deve estar unido em relação ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Disse, entretanto, que não há necessidade de ministros batelharem pelos cinco anos, porque a maioria dos constituintes já está definida nesse sentido. "É muito difícil modificar o voto, mas não haverá necessidade. Está definido que dará cinco anos" — afirmou com otimismo. Da mesma forma que Mailson, ele acredita que se o governo conseguir a curto prazo melhorar a economia, a difereça em prol dos cinco anos deverá aumentar.

O governador paulista disse a Borges da Silveira que filosoficamente é favorável aos cinco anos, mas sentindo a grande movimentação da opinião pública pelos quatro anos, não pretende interferir junto à bancada federal em relação à votação do mandato. Também como Quêrcia, o ministro defendeu a manutenção do sistema presidencialista: "O parlamentarismo agora é desmoronar esse sistema, porque o Brasil não tem estrutura administrativa e nem de partidos políticos organizados".

QUEM DÁ APOIO AOS CINCO ANOS

Adauto Pereira (PDS)	Eraldo Trindade (PFL)	José C. Coutinho (PL)	Narciso Mendes (PDS)
Adolfo Oliveira (PL)	Erico Pegoraro (PFL)	José C. Marínez (PMDB)	Nelson Sabrá (PFL)
Aécio de Borja (PDS)	Ervin Bonkowski (PMDB)	José C. Vasconcelos (PMDB)	Nestor Duarte (PMDB)
Agassio Almeida (PMDB)	Etevaldo Nogueira (PFL)	José da Conceição (PMDB)	Nilson Gibson (PMDB)
Agripino Lima (PFL)	Eunice Michiles (PFL)	José Dutra (PMDB)	Nion Albernaz (PMDB)
Aírton Sandoval (PMDB)	Evaldo Gonçalves (PFL)	José Egreja (PTB)	Nyder Barbosa (PMDB)
Alairco Abib (PMDB)	Expedito Machado (PMDB)	José Elias (PTB)	Odacir Soares (PFL)
Albérico Cordeiro (PFL)	Ezio Ferreira (PFL)	José E. Murad (PTB)	Olavo Pires (PMDB)
Albérico Filho (PMDB)	Fábio Raunhetti (PTB)	José Fernandes (PDT)	Onofre Corrêa (PMDB)
Alercio Dias (PFL)	Fausto Fernandes (PMDB)	José Freire (PMDB)	Orlando Bezerra (PFL)
Alexandre Costa (PFL)	Fausto Rocha (PFL)	José Geraldo (PMDB)	Orlando Pacheco (PFL)
Alexandre Puzyna (PMDB)	Felipe Mendes (PDS)	José Jorge (PFL)	Oscar Corrêa (PFL)
Alfredo Campos (PMDB)	Feres Nader (PDT)	José Lins (PFL)	Osmar Leitão (PFL)
Aloisio Vasconcelos (PMDB)	Fernando Cunha (PMDB)	José Lourenço (PFL)	Osmir Lima (PMDB)
Aloysio Chaves (PFL)	Fernando Gomes (PMDB)	José L. Maia (PDS)	Osmundo Rebouçás (PMDB)
Aloysio Teixeira (PMDB)	Fernando Velasco (PMDB)	José Maranhão (PMDB)	Osvaldo Coelho (PFL)
Aluizio Campos (PMDB)	Flávio Palmier (PMDB)	José Melo (PMDB)	Osvaldo Sobrinho (PMDB)
Alvaro Antônio (PMDB)	Flávio Rocha (PL)	Mendonça Bezerra (PFL)	Oswaldo Almeida (PL)
Alvaro Pacheco (PFL)	Francisco Amaral (PMDB)	José Moura (PFL)	Oswaldo Trevisan (PMDB)
Alysson Paulinelli (PFL)	Francisco Benjamin (PFL)	José Queiroz (PFL)	Ottomar Pinto (PTB)
Amaral Netto (PDS)	Francisco Carneiro (PMDB)	José Santana (PFL)	Paes Landim (PFL)
Amílcar Moreira (PMDB)	Francisco Diógenes (PDS)	José Tavares (PMDB)	Paulo Marques (PFL)
Ângelo Magalhães (PFL)	Francisco Sales (PMDB)	José Teixeira (PFL)	Paulo Mincaroni (PMDB)
Annibal Cáceres (PFL)	Furtado Leite (PFL)	José Thomaz Nuno (PFL)	Paulo Pimentel (PFL)
Antônio Câmara (PMDB)	Gabriel Guerreiro (PMDB)	José Tinoco (PFL)	Paulo Roberto (PMDB)
Antônio de Jesus (PMDB)	Gandji Jamil (PFL)	José Viana (PMDB)	Paulo Silva (PMDB)
Antônio Ferreira (PFL)	Gastone Righi (PTB)	Jovanni Masini (PMDB)	Paulo Zaurur (PMDB)
Antônio Gaspar (PMDB)	Genésio Bernardino (PMDB)	José Ulisses (PMDB)	Pedro Ceolin (PFL)
Sallim Curiali (PDS)	Geovath Amarante (PMDB)	Julio Campos (PFL)	Saldanha Derzi (PMDB)
Antônio Ueno (PFL)	Geovani Borges (PFL)	Julio Costamilan (PMDB)	Raimundo Bezerra (PMDB)
Arnaldo Martins (PMDB)	Geraldo Fleming (PMDB)	Lael Varella (PFL)	Raimundo Lira (PMDB)
Arnaldo Moraes (PMDB)	Gerson Camata (PMDB)	Leite Chaves (PMDB)	Raimundo Rezende (PMDB)
Arnaldo Prieto (PFL)	Gerson Marcondes (PMDB)	Leite Souza (PMDB)	Raquel Cândido (PFL)
Arnold Fioravante (PDS)	Gerson Peres (PDS)	Leopoldo Peres (PMDB)	Raul Belém (PMDB)
Aroldo de Oliveira (PFL)	Gidel Dantas (PMDB)	Leur Lomanto (PFL)	Renato Bernardi (PMDB)
Asdrubal Bentes (PMDB)	Gil César (PMDB)	Levy Dias (PFL)	Renato Johnson (PMDB)
Assis Canuto (PFL)	Gilson Machado (PFL)	Louremberg Nunes (PMDB)	Renato Vianna (PMDB)
Aíla Lira (PFL)	Gustavo de Faria (PMDB)	Lourival Baptista (PFL)	Ricardo Flúza (PFL)
Aureo Mello (PMDB)	Hélio Costa (PMDB)	Lúcia Vânia (PMDB)	Ricardo Izar (PFL)
Basílio Villani (PMDB)	Hélio Rosas (PMDB)	Luis Eduardo (PFL)	Rita Furtado (PFL)
Benito Gama (PFL)	Henrique Alves (PMDB)	Luis R. Ponte (PMDB)	Roberto Augusto (PTB)
Bezerra de Melo (PMDB)	Heráclito Fortes (PMDB)	Luis Freire (PMDB)	Roberto Campos (PDS)
Bonifácio de Andrada (PDS)	Hilário Braun (PMDB)	Luis Leal (PMDB)	Roberto Jefferson (PTB)
Bosco Franca (PMDB)	Homero Santos (PFL)	Luis Marques (PFL)	Roberto Rollemberg (PMDB)
Caio Pompeu (PMDB)	Humberto Lucena (PMDB)	Luis Soyer (PMDB)	Roberto Torres (PTB)
Cardoso Alves (PMDB)	Humberto Souto (PFL)	Maguito Vilela (PMDB)	Roberto Vital (PMDB)
Carlos Alberto (PTB)	Iberé Ferreira (PFL)	Maluly Neto (PFL)	Rodrigues Palma (PMDB)
Carlos Benevides (PMDB)	Inocência Oliveira (PFL)	Manoel Castro (PFL)	Ronaldino Aragão (PMDB)
Carlos De'Carli (PMDB)	Iraji Rodrigues (PMDB)	Manoel Moreira (PMDB)	Ronaldo Carvalho (PMDB)
Carlos Sant'Anna (PMDB)	Irapuan C. Júnior (PMDB)	Manoel Ribeiro (PMDB)	Ronara Corrêa (PFL)
Carlos Vinagre (PMDB)	Ismael Wanderley (PMDB)	Manuel Viana (PMDB)	Rosa Prata (PMDB)
Carlos Virgílio (PDS)	Ivo Cersosimo (PMDB)	Márcio Kubitschek (PMDB)	Rubem Branquinho (PMDB)
Carrei Benevides (PMDB)	Ivo Vanderlinde (PMDB)	Marcondes Gadelha (PFL)	Rubem Medina (PFL)
Chagas Duarte (PFL)	Jacy Scannagatta (PFL)	Marcos Lima (PMDB)	Ruben Figueiro (PMDB)
Chagas Neto (PMDB)	Jairo Azi (PFL)	Maria Lúcia (PMDB)	Ruberil Pilotto (PDS)
Christóvam Chiaradia (PFL)	Jairo Carneiro (PFL)	Mário Assad (PFL)	Ruy Nedel (PMDB)
Cld Carvalho (PMDB)	Jarbas Fassarinho (PDS)	Mário de Oliveira (PMDB)	Sadie Hauache (PFL)
Cleonânio Fonseca (PFL)	Jessé Freire (PFL)	Marluce Pinto (PTB)	Salatfel Carvalho (PFL)
Costa Ferreira (PFL)	Jesuário Cavalcanti (PFL)	Matheus Iensen (PMDB)	Samir Achóa (PMDB)
Dáilton Canabrava (PMDB)	Jesus Tajra (PFL)	Mattos Leão (PMDB)	Santinho Furtado (PMDB)
Darcy Pozza (PDS)	João Agripino (PMDB)	Maurício Campos (PFL)	Sarney Filho (PFL)
Daso Coimbra (PMDB)	João Alves (PFL)	Maurício Nasser (PMDB)	Sérgio Brito (PFL)
Davi Alves (PDS)	João Calmon (PMDB)	Mauro Benevides (PMDB)	Sérgio Spada (PMDB)
Del Bosco Amaral (PMDB)	João da Mata (PFL)	Mauro Miranda (PMDB)	Sérgio Werneck (PMDB)
Délio Braz (PMDB)	João de Deus Antunes (PDT)	Mauro Sampaio (PMDB)	Silvio Abreu (PMDB)
Denisar Arneiro (PMDB)	João Lobo (PFL)	Max Rosemann (PMDB)	Stélio Dias (PFL)
Dionísio Dal Prá (PFL)	Machado Rollemberg (PFL)	Meira Filho (PMDB)	Theodoro Mendes (PMDB)
Dionísio Hage (PFL)	João Menezes (PFL)	Melo Freire (PMDB)	Tito Costa (PMDB)
Dirce Tutu Quadros (PTB)	João Natal (PMDB)	Mello Reis (PDS)	Ubratan Aguiar (PMDB)
Divaldo Suruagy (PFL)	João Rezek (PMDB)	Messias Góes (PFL)	Ubratan Spinelli (PDS)
Djenal Gonçalves (PMDB)	Joaquim Haickel (PMDB)	Messias Soares (PMDB)	Victor Trovão (PFL)
Domingos Juvenil (PMDB)	Joaquim Suenena (PMDB)	Milton Barbosa (PMDB)	Vieira da Silva (PMDB)
Edison Lobão (PFL)	Jofran Frejat (PFL)	Milton Lima (PMDB)	Vigt Rosado (PMDB)
Edivaldo Motta (PMDB)	Jonas Pinheiro (PFL)	Milton Reis (PMDB)	Vinicius Cansauca (PFL)
Edme Tavares (PFL)	Jonival Lucas (PFL)	Miraldo Gomes (PMDB)	Virgílio Gallassi (PDS)
Eduardo Moreira (PMDB)	Jorge Arbage (PDS)	Mozartildo Cavalcanti (PFL)	Virgílio Távora (PDS)
Eliel Rodrigues (PMDB)	Jorge Leite (PMDB)	Mussa Demes (PFL)	Wagner Lago (PMDB)
Eliêzer Moreira (PFL)	Jorge Vianna (PMDB)	Nabor Júnior (PDT)	Waldeck Ornelas (PFL)
Enoc Vieira (PFL)	José Camargo (PFL)	Naphall Alves (PMDB)	